

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às 10h00, foi realizada de forma híbrida a 31ª Reunião Ordinária do CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR, no endereço: Rua Inácio Lustosa, 700 – São Francisco, Edifício do PARANAPREVIDÊNCIA – 80510-000 – Curitiba – PR, e também através do *link*: <https://meet.google.com/uzw-zyhz-jsz>. Estavam presentes os conselheiros: Rodriano de Souza, da Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (SUDIS); Valdenir Batista Veloso, da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SEAB); Lisiê Manoella Moro da Silva, da Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade (Rede Mandala); Cleide Oberle, da Marreclê Crochê e Maria Luisa Carvalho, da Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária do Paraná (RIU/PR). Participaram como convidados: Matheus José Gonzalez da Silva, da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR); Alexandra Peixoto Ferreira, da Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver; Angela Maria de Azevedo Padilha, do Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araujo – CEFURIA; Eunice Rosa da Silva, da Marreclê Crochê; Jacson Paulo Tessaro, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP-UFPR; Jôsi Maria Bervian, da Associação Coletivo de Convivências Agroecológicas – CCA; Jesiê Reinert, do Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araujo – CEFURIA; Lucas Paulatti Kassar, da Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver; Samanta Harrott, da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) e Edna Mara Tozetti, do Instituto O Pai Me Adotou. Matheus iniciou a reunião com o primeiro item da pauta, em relação à ata da 30ª Reunião Ordinária. Maria Luisa solicitou que fossem corrigidos dados relacionados à 6ª Festa da Economia Solidária, que constava na ata com o nome incorreto, bem como com as informações sobre seus organizadores incorretas, correções as quais Matheus se comprometeu a realizar. Entrando no segundo item da pauta, a respeito do mapeamento das políticas de economia solidária no Paraná e da Comissão Estadual do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), Matheus informou que havia enviado um ofício aos 399 municípios do Paraná solicitando informações sobre as políticas de economia solidária realizadas localmente, obtendo cerca de 20 respostas até o momento da reunião. O objetivo, dentre outras coisas, seria identificar cidades que possuem conselhos municipais de economia solidária e posteriormente verificar a possibilidade de que estabeleçam comissões municipais do CADSOL. Destacou que o município de Maringá informou estar retomando as reuniões de seu Conselho Municipal de Economia Solidária e tentando repor os membros que já não participavam mais, algo a ser acompanhado pelo CEES-PR. Dos municípios que responderam, apenas Curitiba estava com seu conselho municipal estruturado e funcionamento corretamente, e a prefeitura deste município informou estar com uma Comissão Municipal do CADSOL já formada. Os demais municípios, ainda que alguns possuam leis que prevejam um conselho municipal de economia solidária, não estavam com conselhos funcionando. Ainda sobre o CADSOL, Matheus informou que a Comissão do Paraná realizou uma reunião com a Coordenação e os agentes do Programa Paul Singer do estado, visando alinhar uma forma para que os cadastros apresentem formas de comprovar os aspectos coletivos e a tomada de decisão de forma democrática nesses empreendimentos. Ficou estabelecido que os cadastros deveriam apresentar atas,

estatutos, cartas de recomendação de entidades de apoio e fomento ou outros documentos que possam comprovar esses itens. Também foi dito ter havido um aumento no número de cadastros efetuados no final do ano, sendo um fenômeno que ocorreu em todas as regiões do Brasil devido a um edital da Secretaria Nacional de Economia Solidária que exigia o cadastro para participação. Passando ao próximo item da pauta, sobre a eleição dos conselheiros e a nova gestão do CEES-PR para os anos de 2026 e 2027, Matheus informou que recebeu toda a documentação do Fórum Paranaense de Economia Solidária (FPES) com a indicação dos conselheiros, representantes de Entidades de Apoio e Fomento e de Empreendimentos Econômicos Solidários, a comporem o CEES-PR no próximo biênio. Os conselheiros indicados foram: Lucas Paulatti Kassar (titular) e Alexandra Peixoto Ferreira (suplente), da Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver; Cleide Oberle (Titular) e Eunice Rosa da Silva (Suplente), da Marreclê Crochê; Thaise Francielle de Sousa Roth (titular) e Rafael Moraes da Cunha (suplente), do Instituto Se Faz; Jôsi Maria Bervian (titular) e Luana Lustosa Rodrigues (Suplente), da Associação Coletivo de Convivências Agroecológicas – CCA; Lúcia Helena Alencastro (titular) e Jacson Paulo Tessaro (Suplente), da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP-UFPR; e Jesie Reinert (titular) e Angela Maria de Azevedo Padilha (Suplente), do Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araujo – CEFURIA. A SUDIS já havia enviado um ofício com as indicações, mantendo os mesmos conselheiros, e tão logo a SEAB conseguisse enviar também o seu ofício, poderia elaborar a minuta de decreto de nomeação dos conselheiros a ser enviada à Casa Civil. Em seguida, para que fosse facilitada a transição, tendo em vista que a maioria dos convidados que participavam da reunião seriam conselheiros no próximo biênio, foram respondidas dúvidas sobre o regimento e funcionamento do CEES-PR, com Matheus ficando incumbido de criar um novo grupo de *WhatsApp* com os futuros conselheiros. Foi solicitado também que houvesse uma orientação da SETR sobre o que ser feito com os cartões corporativos dos conselheiros que estavam no fim do mandato, com Matheus dizendo que iria perguntar ao Núcleo Fazendário Setorial da SETR e informá-los através do *WhatsApp*. Também foi combinado que na primeira reunião de 2026 seria criado um calendário de reuniões para aquele ano, sendo deliberado em quais cidades ocorreriam as reuniões descentralizadas. Maria Luisa sugeriu que fossem priorizadas as regiões que estavam passando por dificuldades em relação ao desenvolvimento de políticas municipais de economia solidária, bem como com a região sudoeste do Paraná, na qual havia pouca articulação com o FPES e o CEES-PR. Jacson então pediu a palavra e sugeriu que se tentasse organizar as reuniões descentralizadas nos primeiros ou nos últimos dias da semana, a fim de melhorar a logística e uso de tempo. Matheus afirmou que isso poderia ser tentando, mas dependeria da disponibilidade das pessoas nas cidades em que as reuniões serão feitas, bem como da possibilidade de se conseguir espaço para realização dos eventos. Jacson também disse ter dois itens que gostaria que fossem incluídos na pauta da primeira reunião de 2026. O primeiro seria a criação de uma Comissão de Trabalho na qual seria discutida a criação de um Plano Estadual de Economia Solidária, em consonância com as propostas aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) e na conferência estadual também realizada em 2025. O segundo item seria a criação de uma Comissão de Trabalho de Diálogo Interconselhos, para que haja maior diálogo entre os conselhos municipais de economia solidária no paraná e o CEES-PR, dizendo haver essa

vontade de maior diálogo particularmente por parte do Conselho Municipal de Economia Popular Solidária de Curitiba (CMEPS). Maria Luisa acrescentou ser importante fomentar ampla participação de Empreendimentos Econômicos Solidários nesse diálogo, para além de apenas conselheiros, tendo em vista que as reuniões de ambos os conselhos são abertas a todos e que as decisões de maior impacto devem levar em conta os aspectos coletivos e democráticos da economia solidária. Edna sugeriu que houvesse também ampla divulgação destas atividades visando mobilizar empreendimentos de todas as partes do Paraná. Matheus concordou com as propostas, ressaltando que muitas cidades do interior do Paraná possuem previsão legal de conselhos municipais de economia solidária, porém estes não estão efetivamente funcionando. Jôsi pediu a palavra e sugeriu que o CEES pudesse ter também um papel educativo, a nível de estado, divulgando informações sobre o seu papel, o papel do FPES, bem como formas de articular e mobilizar as pessoas, até para que os municípios não sejam cobrados de coisas que desconhecem. Solicitou também que, visando a transição de mandatos, os conselheiros pudessem relatar suas experiências no CEES, tendo em vista ser a última reunião da maioria deles enquanto conselheiros e visando auxiliar os membros indicados a compor o próximo biênio. Maria Luisa fez um balanço dos últimos quatro anos e afirmou que os dois mandatos foram um período de resistência, sendo um ganho o fato de o CEES existir e estar funcionando, pois houve várias interrupções das atividades devido a mudanças no governo do estado e seus representantes, bem como alguma rotatividade dos empreendimentos representados, devido à dificuldade destes em conciliar o tempo disponível que têm para comercialização e participação nas reuniões. Citou também como ponto positivo a realização da 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, a nível primeiramente estadual e depois nacional, para articulação do movimento, ainda que também com alguma dificuldade a nível estadual. Como ponto negativo, criticou a publicação do Decreto Estadual 4886/2024, que retira a rotatividade da Presidência do CEES e a coloca como exclusiva do Secretário da SETR, pois foi feita unilateralmente e em detrimento do que estabelece o Regimento Interno, aprovado coletivamente, do CEES. Tal decreto, segundo ela, causa dificuldades práticas para o funcionamento do conselho, uma vez que o Secretário dificilmente participará das reuniões. Lisiê complementou dizendo ter sido um período difícil, com muitas reuniões com curta duração tratadas com desinteresse, sendo um grande avanço poderem ser feitas reuniões em que haja diálogo atualmente. Encerrado esse item da pauta, a palavra foi dada a Rodriano para que fosse tratada a 6ª Festa da Economia Solidária, evento que a SUDIS e o Fórum Municipal de Economia Popular e Solidária (FMEPS) de Curitiba estavam organizando. Ele informou que o evento ocorreria no dia seguinte, estando em fase final de montagem e organização do espaço, com ações para divulgação na mídia, tudo conforme planejado. Agradeceu ao CEFURIA pela ajuda na organização e apoio financeiro. Jacson acrescentou que havia também verba da Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR UFPR) apoiando o evento. Por fim, Lucas complementou que será um evento muito grande, com mais de 40 empreendimentos, teatro, apresentação musical e outras atividades, convidando todos a participarem. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada e eu, Matheus José Gonçalves da Silva, lavrei a presente ata.